

O auto-conhecimento no behaviorismo radical de Skinner, na filosofia de Gilbert Ryle e suas diferenças com a filosofia tradicional apoiada no senso comum

*João Vicente de Sousa Marçal**

RESUMO - O conhecimento é apresentado em diversas concepções. Nas tradições filosóficas e no senso comum o conhecimento é entendido como gerador de ações e explica o comportamento resultante. É classificado em declarativo ou “saber que” e operacional ou “saber como”. Nesta visão o conhecimento é algo que existe dentro do sujeito e para se conhecer é necessário conhecer sua essência ou sua mente. No behaviorismo radical conhecer é comportar-se discriminadamente perante estímulos. O conhecer sobre si, em distinção ao conhecer sobre o mundo, corresponde a uma discriminação de estímulos gerados pelo próprio indivíduo que se auto-conhece. Estes estímulos podem ser privados ou públicos. Tanto os repertórios verbais auto-descritivos como a auto observação, elementos indispensáveis para o auto conhecimento, são instalados a partir de contingências providas pela comunidade verbal, o que significa que são comportamentos de origem largamente social. Esta posição de que analisar o conhecimento significa identificar as situações em que ele ocorre e quais as variáveis que o controlam, assemelha-se a do filósofo Gilbert Ryle que associa conhecimento a comportamento. Os limites de uma análise behaviorista radical da privacidade são também apresentados e discutidos.

Palavras chave: behaviorismo, behaviorismo radical, auto-conhecimento, Skinner, Ryle.

Psicologia

*Professor de Psicologia do UniCEUB. Psicólogo clínico do IBAC - Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento.
E-mail: jvmarcal@ibac.com.br

The self-knowledge in skinnerian radical behaviorism, Gilbert Ryle's philosophy and their differences of traditional philosophy sustained in common sense

ABSTRACT - Knowledge is presented in some conceptions. In philosophy traditions and everyday usage is understood as action generator and explain the resultant behavior. The term is classified in declarative or "knowing that" and operational or "knowing how". In this approach, knowing is something inside the individual and to know himself is necessary know his essence or his mind. In radical behaviorism knowing is discriminative behavior in the presence of stimuli. The Knowing of himself, in distinction of the knowing about the world, is discriminative behavior of stimuli generated of the own individual that knows about himself. That stimulus can be private or public. Both verbal repertoire and self observation, indispensable elements for self knowledge, are implemented by verbal community, which means that are originally social behaviors. That position in which the analysis of knowledge means identifying the situations in that it happens and which variables controls it, is similar to Gilbert Ryle philosophy approach where knowledge is associated to behavior. The limits of radical behavioral approach to privacy are presented and discussed too.

Key words: behaviorism, radical behaviorism, self knowledge, Skinner, Ryle.

O conhecimento na linguagem cotidiana é entendido como gerador de ações. O conhecer de alguma maneira explica o comportamento resultante. A partir desse raciocínio supõe-se que alguém dirige porque *sabe* dirigir, ou que salta porque *sabe* saltar, um habilidoso artesão assim o é porque *possui* o conhecimento da arte de tecer ou mesmo um cão late quando ouve os passos do seu dono, ou sente o seu cheiro, porque *sabe* que é ele que está chegando. Tais tentativas de explicação do comportamento levam à idéia de que o conhecimento é algo que existe dentro do sujeito e que, conseqüentemente, controla suas ações. De modo semelhante, teorias epistemológicas, sob influência de um dualismo mente-corpo, atribuíram à mente a responsabilidade pelo armazenamento e utilização destes conhecimentos.

Para o behaviorismo radical estas explicações nada oferecem além do que já se sabe sobre os comportamentos de dirigir, saltar, tecer ou latir. Ao analisar o conhecimento, deve-se interessar em saber em que condições ele ocorre e quais variáveis o controlam.

Filósofos e também psicólogos diferenciaram o conhecimento em operacional e declarativo, ou seja, “saber como” e “saber que”. O conhecimento operacional é inferido a partir de comportamentos observáveis apresentados pelas pessoas ou outros animais. Uma pessoa *sabe como* dirigir se ela foi vista alguma vez dirigindo. Ryle (1963) aponta para o fato de que tais operações devem indicar que a performance foi boa, correta, eficiente, ou feita com sucesso. Pode-se dizer que essa pessoa sabe como dirigir mesmo que não esteja dirigindo, pois o seu conhecimento é disposicional, o que significa dizer que diante de um contexto específico ela apresentará a habilidade desejada. O conhecimento declarativo está associado à cultura. Saber sobre história do Brasil significa declarar fatos corretamente, assim como responder a perguntas específicas ou indicar aspectos característicos do contexto histórico brasileiro.

Baum (1999) ressalta que para o behaviorista, se a distinção entre estes dois tipos de conhecimento tiver alguma utilidade, deverá se basear no comportamento e ambiente, eventos externos acessíveis a qualquer observador.

O conhecimento também é diferenciado em outros dois aspectos básicos: um que se refere ao conhecimento sobre o mundo e as outras pessoas e outro referente ao conhecimento que temos acerca de nós mesmos, sendo este último também conhecido como auto-conhecimento. Este último tópico gerou muitas discussões tanto a nível conceitual quanto empírico e envolve questões relativas à subjetividade humana, um dos temas mais complexos em psicologia.

Este trabalho tem como objetivo apresentar uma análise da privacidade com ênfase sobre o auto-conhecimento dentro de uma perspectiva do behaviorismo radical de B.F. Skinner, contrastando-a com o uso deste termo dentro das tradições filosóficas e do uso cotidiano, assim como comparando-a com algumas análises conceituais do filósofo Gilbert Ryle sobre o tema.

Tradições filosóficas

Segundo a doutrina filosófica dominante desde a época cartesiana até uma boa parte deste século, conhece-se alguém a partir do momento que se conhecer a sua mente. O dualismo mente-corpo impôs várias restrições para se conhecer a mente já que a mesma era vista como de natureza não física e que, por conseguinte, não ocupava lugar no espaço. No entanto, como era um sistema que interagiu com os sistemas físicos naturais pertencentes ao corpo humano, questionava-se de que maneira isso poderia ocorrer para que se pudesse, assim, ter acesso à mesma.

Para explicar este processo a mesma doutrina utilizou a dinâmica presente no mundo natural, ou seja, conhece-se a mente por percepções correlatas às

percepções do mundo físico. A introspecção e a consciência seriam as ferramentas responsáveis para descobrir as cenas ordenadas pela mente. A introspecção examinaria o que ocorre na mente por intermédio de uma forma de percepção que não envolveria órgãos do corpo. Sendo assim, o poder que as pessoas teriam de observar seus próprios estados mentais seria perfeito, o que não ocorreria com as percepções sensoriais. A consciência por sua vez envolveria um constante monitoramento da ação mental, sendo quase que inevitável.

O poder para conhecer diretamente os próprios estados e operações, no entanto, não poderia ser utilizado para conhecer outras mentes. Este acesso privilegiado permitiria haver um auto-conhecimento, mas não um conhecimento das outras pessoas.

O auto-conhecimento segundo Gilbert Ryle

Para o filósofo, sabe-se sobre as características mentais de outras pessoas através de seus comportamentos observáveis. Afirmar sobre a mente de alguém é afirmar sobre suas características. Conhecemos as habilidades intelectuais de um jogador de xadrez através de suas jogadas; sabe-se que alguém compreendeu algo pelos comportamentos apresentados por este; o patriotismo só é considerado pela observação de condutas e afirmações em determinadas circunstâncias. Não haveria necessidade de testes ou experimentos para reconhecer tais características mentais.

Gilbert Ryle (1963) afirma também que o auto-conhecimento não ocorre pela consciência ou introspecção. Tais objetos são mitos. O auto-conhecimento ocorre pelo mesmo modo através do qual conhecemos outras pessoas. Conhecer sobre si é o mesmo que conhecer sobre o outro, é através das observações dos próprios comportamentos. Este conhecimento não exige um incessante monitoramento ou escrutínio. A mente não sabe sobre ela mesma, considerando os processos mentais como consciência, simplesmente porque não existem essas ocorrências em um “outro mundo”. Dizer que alguém encontrou algo sobre si pela consciência ou pelo processo de conscientização significa dizer que ele se lembrará das afirmações dizendo que vê, ouve, sente, cheira, prova, etc. Um indivíduo pode saber que agiu de determinada maneira embora possa não saber a causa. Ryle lembra que não é um acesso privilegiado que vai informar-lhe a causa. Este mesmo acesso não impede conclusões equivocadas sobre si mesmo. Há características sobre si mesmo que são conhecidas dos outros e desconhecidas da própria pessoa.

Análise skinneriana do auto-conhecimento e da privacidade

O behaviorismo radical de Skinner constituiu sua identidade através do reconhecimento da vida interna dos indivíduos e da proposição de uma perspectiva científica para o tratamento de fenômenos a ela relacionados (Tourinho, 1993). Este reconhecimento surgiu a partir da necessidade de viabilizar um projeto operacionista efetivo para a psicologia.

Assim como Ryle associa conhecimento a comportamento, Skinner afirma que conhecer é comportar-se perante um estímulo, é discriminar estímulos (Sério, 1993). Conforme dito anteriormente, analisar o conhecimento significa identificar as situações em que ele ocorre e quais as variáveis que o controlam. Nestes termos, ambas as posições se assemelham ao uso cotidiano de conhecimento. No behaviorismo radical o conhecimento operacional significa que algum comportamento foi observado e o conhecimento declarativo significa que o comportamento referido está sob controle de estímulo(s) (Baum, 1999). Skinner diferencia-se de Ryle quanto à ênfase dada a eventos subjetivos, aos quais chamou de *eventos privados* e que assumem papel relevante na explicação do auto-conhecimento.

Ao tratar de eventos privados Skinner caracteriza um outro tipo de evento chamado de público e apresenta uma revisão conceitual para ambos. A conceituação público-privado se baseia na acessibilidade que se poderia ter de ambos os eventos. Skinner considera que os eventos privados são eventos físicos, embora inacessíveis à observação pública. Ainda assim, considera ser tarefa da psicologia tratar destes eventos, mesmo que de forma inferencial, a partir da aplicação de termos e princípios já comprovados como eficazes no tratamento de problemas menos complexos.

Dentro de uma proposta científica para a abordagem do comportamento, Skinner considerou eventos privados como estímulos e comportamentos, o que permitiu a sua análise baseada em conceitos empíricos. Desta forma, se conhecer, para Skinner, é discriminar estímulos, o auto-conhecimento então corresponderia a uma discriminação de estímulos gerados pelo próprio indivíduo (auto-gerados) que se auto-conhece, isto é, auto-conhecimento é auto-discriminação.

Skinner postula (Tourinho, 1993) que a resposta verbal deve ser objeto de uma análise funcional que demonstre as circunstâncias em que tal resposta ocorre e as conseqüências reforçadoras então providas pela comunidade verbal. Quando estas circunstâncias consistem de estímulos discriminativos privados, se deve considerar as estratégias através das quais a comunidade infere a ocorrência daquela estimulação privada para reforçar a resposta verbal do indivíduo. A partir do fato de que essas estratégias têm um alcance limitado, pode-se explicar a dificuldade de um indivíduo em chegar a ter um efetivo repertório verbal descritivo de seus eventos privados. Baum (1999) ressalta que esta dificuldade surge, não da falta

de estímulos discriminativos, mas da falta de uma história de reforço para a discriminação entre um relato verbal e outro. Esta falta da história de reforço resulta da falta de “dicas” públicas para controlar o comportamento daqueles que poderiam reforçar o relato verbal correto.

As “dicas” que controlam os relatos verbais que constituem o auto-conhecimento são as mesmas que controlam os relatos verbais de outras pessoas, relatos esses que constituem o conhecimento delas sobre quem se auto-conhece. Alguém sabe que está com medo pela mesma maneira que os outros sabem que ele está, ou seja, pelos comportamentos observáveis desse alguém, a única diferença é que esta pessoa tem acesso direto a comportamentos encobertos (pensamentos, imagens, sensações). Este raciocínio é muito semelhante à comparação apresentada por Ryle entre auto-conhecimento e conhecimento dos outros.

Tanto os repertórios verbais autodescritivos como a auto-observação, elementos indispensáveis para o auto-conhecimento, são instalados a partir de contingências providas pela comunidade verbal, o que significa que são comportamentos de origem largamente social.

Tourinho (1993) ressalta que na obra de Skinner, algumas vezes o autoconhecimento é tratado como discriminação de estados privados, tal como foi relatado, e em outras enquanto discriminação de comportamentos do próprio indivíduo. Este último conceito estende-se a todo e qualquer comportamento do próprio indivíduo, mesmo público. Isto significa que o indivíduo pode descrever a topografia e/ou as variáveis relevantes das quais o comportamento é função de acordo com situações específicas, que para Ryle seria como identificar uma disposição ou disposições. Skinner apresenta o conceito de regra para esta capacidade que o indivíduo tem, em descrever a relação funcional entre o comportamento e as variáveis ambientais que o controlam, permitindo inclusive que manipule essas variáveis gerando assim o autocontrole, um comportamento que implica autoconhecimento. A construção da regra pode não ocorrer de forma pública já que a análise de contingência pode ser feita de forma encoberta.

Discussão

Skinner e Ryle contrastam com a visão tradicional no qual o autoconhecimento é função de um acesso privilegiado. Seus pressupostos afirmam que o autoconhecimento é um comportamento que depende dos mesmos tipos de observação pública que o conhecimento sobre os outros. Ryle, no entanto, não distingue o comportamento de observar um evento público (uma árvore) do de observar um evento privado (um pensamento). Ambos são uma categoria de

comportamento. Observar uma árvore é falar sobre ela, andar em sua direção, olhar na sua direção, etc. Já não se poderia dizer que se observa um pensamento, pois implicaria um segundo comportamento, distinto do pensamento, que já é um comportamento. Sendo assim, uma pessoa poderia ser capaz de se observar observando, observar observando observando, e assim por diante. Este processo Ryle chamou de regresso ao infinito. Observar uma árvore não é fazer duas coisas, assim também como observar um pensamento. Skinner, por sua vez, concentra-se no relato verbal (Baum, 1999). A diferença entre o relato verbal para uma árvore e o relato verbal para um pensamento é que o estímulo discriminativo é inteiramente público para a árvore e parcialmente privado para o pensamento. Ambos os relatos verbais são exemplos de comportamento operante sob controle de estímulo.

O projeto de Skinner sempre visou uma abordagem científica para o estudo do comportamento humano e de animais inferiores. A postura skinneriana é caracterizada pelo interesse pragmático que sempre esteve presente em sua obra (Abib, 1985, em Tourinho, 1993). No behaviorismo radical o comportamento faz parte do mundo natural e deve ser tratado desta maneira. Para Skinner o método experimental, expressão da investigação empírica, é o instrumento adequado para a busca de conhecimentos científicos acerca deste fenômeno natural. Sendo o comportamento um fenômeno natural, como tudo mais no universo, então está acessível à investigação empírica. É a partir desta análise que um tratamento científico para eventos privados torna-se difícil. No projeto operacionista de Skinner, um fenômeno pode ser observado, medido e manipulado. Qual seria então a tecnologia adequada para tratar empiricamente tais fenômenos?

Para tratar dos eventos privados Skinner empregou os conceitos que foram derivados da pesquisa operante com eventos menos complexos e sujeitos à manipulação e à observação pública. Sua abordagem a eventos privados é interpretativa, só que baseada em pressupostos científicos. No entanto, Skinner (Tourinho, 1993) não esclarece como conciliar uma postura interpretativa por uma demanda por pesquisa empírica, nem tampouco aponta uma topografia para os eventos privados embora proponha que os mesmos sejam analisados em termos de estímulos e comportamentos, que possuem dimensões físicas. Isto pode explicar por que houve poucas pesquisas neste setor nas últimas décadas apesar de suas análises conterem elementos suficientes para isto.

Na análise da obra skinneriana, Tourinho também aponta para algumas contradições no tratamento dado aos eventos privados. Em um dado momento parece desprezá-los na busca de relações diretas entre ambiente e comportamento, assumindo-os como mediadores. Posteriormente reconhece a importância de que certos comportamentos privados sejam efetivamente considerados ao tratar-se de cadeias comportamentais que contenham elementos privados, ou seja, a partir

do autoconhecimento seria possível os indivíduos produzirem variáveis às quais seus comportamentos futuros estarão funcionalmente relacionados. Afirmaria que o indivíduo também poderia se autoconhecer em diversos sentidos e elaborar regras para comportamentos futuros sem que a comunidade (ou o cientista) tivesse acesso a tais eventos, no entanto, só se incorporaria estes fenômenos à explicação do comportamento quando publicamente observáveis.

Estes pontos divergentes podem servir para dar uma dimensão da real limitação que existe ao se tratar da subjetividade humana de uma maneira mais precisa e dentro de uma abordagem científica.

O limite do behaviorismo radical para tratar de eventos privados, como o autoconhecimento, é apontado como devido a uma busca de uma tecnologia comportamental (Abib, 1985, em Tourinho, 1993) cuja meta principal é a descoberta de leis experimentais que relacionem o comportamento a contingências de reforço.

Conclusão

Embora seja reconhecido os limites teóricos e procedimentais da proposta skinneriana para tratar do autoconhecimento e os eventos privados em geral, poderia se questionar, qual a abordagem mais adequada? Como tratar de forma confiável fenômenos subjetivos? Construtos teóricos (muitos dos quais hipotéticos) são suficientes para que possamos conhecê-los? Deve-se desistir desta proposta em função de seus limites?

O fato de haver questões em aberto apenas significa que muito ainda se tem a fazer, mas também que muito já foi feito. A abordagem de Skinner foi um marco na história do behaviorismo e ampliou bastante o seu alcance. Skinner utilizou inúmeras revisões conceituais para que o seu objeto de estudo pudesse ser tratado empiricamente. Suas análises conceituais sempre buscaram permitir um alcance científico para a psicologia. Sua análise operante do autoconhecimento foi sempre coerente com os pressupostos básicos experimentais. Sua rejeição ao mentalismo permitiu evidenciar a aplicabilidade de uma análise funcional para o comportamento.

A predição, controle e compreensão do comportamento estão dentro de uma visão pragmática que é a proposta científica. Sua análise interpretativa se baseia nos princípios básicos do comportamento. Sendo o conhecimento caracterizado como comportamento discriminativo, pode-se identificar as variáveis que o controlam. Embora estas variáveis estejam quase sempre no ambiente observável, a sua extensão ao mundo privado veio preencher uma lacuna não só no behaviorismo, mas na própria psicologia.

A busca de variáveis que controlam o comportamento exclui o mentalismo

(termo criado por Skinner para se referir a causas internas hipotéticas do comportamento), que embora possa ter sua utilidade na linguagem cotidiana, não serve para uma análise contingencial do comportamento. Esta análise contingencial, que identifica as relações funcionais de dependência entre o comportamento e as variáveis que o controlam, se faz extremamente útil em inúmeras situações, como por exemplo, num contexto clínico.

Por fim, deve-se ressaltar que outras abordagens experimentais também têm sido relevantes no estudo de eventos privados. Behavioristas e cognitivistas debatem sobre processos comportamentais ao mesmo tempo em que pesquisam aspectos diferentes. Catania (1998) afirma que os behavioristas tendem a tratar questões funcionais enquanto que os cognitivistas tendem a tratar questões estruturais.

Referências

- BAUM, WILLIAM M., *Compreender o behaviorismo: ciência, comportamento e cultura*; tradução Maria Teresa Araujo Silva e outros - Porto Alegre: Editora Artes médicas Sul Ltda., 1999.
- CATANIA, A CHARLES, *Learning*, 4th ed. - Prentice Hall, Upper saddle River, New Jersey, 1998.
- RYLE, GILBERT, *The concept of Mind* - University of Chicago Press, 1963.
- SÉRIO, TEREZA M. AP., *A concepção de Homem e a busca do autoconhecimento*, em *Sobre Comportamento e Cognição* - ARBytes editora Ltda., São Paulo, 1997.
- TOURINHO, EMMANUEL Z., *O autoconhecimento na psicologia comportamental de B.F. Skinner* - Belém: UFPA. CFCH, 1993.

Envie suas publicações para o Conselho Editorial
da revista *Universitas* - Ciências da Saúde.

Endereço para envio:
SEPN 707/907, *Campus* do UniCEUB
70790-075 Brasília-DF

universitas.saude@uniceub.br

Verifique as normas de publicação no final deste número!